

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n. 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Gr. 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";


Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente instrumento particular de primeiro aditamento (o "Aditamento") ao "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia de Concessões Rodoviárias" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "2ª Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Este Aditamento é celebrado de acordo com as seguintes autorizações:

1.1.1 Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 09 de março de 2005 ("RCA"); e

1.1.2. Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 31 de março de 2005 ("RCA 2").

Handwritten signature and initials, likely of the representative of the Emissora or the Agente Fiduciário.

CLÁUSULA II
AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

CLÁUSULA III
DAS RETIFICAÇÕES

3.1. Em virtude do procedimento de *bookbuilding* conduzido pelo Coordenador Líder, em 31 de março de 2005, que estabeleceu que as Debêntures serão remuneradas por juros equivalentes a 105 % (cento e cinco por cento) da variação da Taxa DI, fica modificado o item 4.8.1. da Escritura de Emissão, que passa a ter a seguinte nova redação:

“4.8.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes 105% (cento e cinco por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN^x (Fator DI - 1)$$

onde:

J = valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.8.3. abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.3 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida em 4.8.2. abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$



Onde:

n = número total de taxas DI Over consideradas na anualização, sendo " n " um número inteiro;

$p = 105\%$ (cento e cinco por cento);

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

OBSERVAÇÕES:

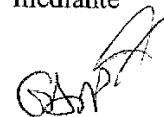
O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo."

- 3.2. De forma a deixar mais claro o procedimento de resgate das Debêntures na hipótese de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, fica alterado o item 4.21 da Escritura de Emissão, mediante



alteração dos sub-itens 4.21.2 e 4.21.3 e acréscimo do sub-item 4.21.4 abaixo, passando o item 4.21 a ter a seguinte redação:

“4.21. RESGATE EM CASO DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.21.1. A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.21.2. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos deste item deverão manifestar sua intenção, por escrito, na forma da Cláusula IX abaixo, à Emissora e ao respectivo Agente de Custódia na CBLC de cada Debenturista que tiver as Debêntures de sua titularidade registradas no BOVESPA FIX e custodiadas na CBLC.

4.21.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso mencionado no item anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.21.4 O resgate das Debêntures dos Debenturistas que tiverem exercido sua opção nos termos do item 4.21.2 acima dar-se-á (i) através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.”

CLÁUSULA IV
DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

Handwritten signature and initials, likely representing the Emissora or Agente de Custódia.

CLÁUSULA V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI
DA CONSOLIDAÇÃO

6.1. Em consequência das disposições do presente Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo incorporadas as retificações constantes deste Aditamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

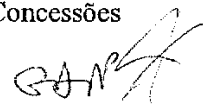
Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n. 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Gr. 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia de Concessões



Rodoviárias” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “2ª Emissão” e “Debêntures”), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 9 de março de 2005 (“RCA”).

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E ANBID, EMISSÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400/03”) e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários (“Código ANBID”).

2.1.2. A Emissão é realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora, aprovado pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 9 de março de 2005, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”).

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a 2ª Emissão será arquivada na JUCESP, e publicada pela Emissora nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, edição nacional, tão logo seu arquivamento seja deferido pela JUCESP.

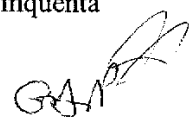
2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA 2ª EMISSÃO

3.1.1. O montante total da 2ª Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1 abaixo.



3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma na Data de Emissão.

3.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.3.1. Os recursos líquidos obtidos por meio da 2ª Emissão serão utilizados pela Emissora para o financiamento de potenciais negócios, possibilitando a busca de oportunidades de crescimento por meio de novas concessões e a manutenção da estratégia da Emissora.

3.4. LIMITE LEGAL, LIMITE DO PROGRAMA

3.4.1. O capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 571.233.617,54 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos).

3.4.2. O limite do Programa é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). O valor desta Emissão, somado ao das demais emissões feitas no âmbito do Programa é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 2ª Emissão, com expressa anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradores de recursos de terceiros.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da 2ª Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto do programa (“Prospecto Definitivo”) e do suplemento da 2ª Emissão (“Suplemento Definitivo”) em forma definitiva aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR



3.6.1 O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de março de 2005 ("Data de Emissão").

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos no item 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES E REMUNERAÇÃO

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. As Debêntures farão jus à remuneração descritas no item 4.8. desta Escritura de Emissão (a "Remuneração").

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação (i) no Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND"), administrado pela ANDIMA sendo os negócios liquidados na CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA FIX"), sendo os negócios liquidados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.

4.5. CONVERSIBILIDADE E FORMA

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa escritural.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.6. ESPÉCIE

4.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem garantia nem preferência).

4.7. PRAZO E VENCIMENTO

4.7.1. O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de março de 2011 (a “Data de Vencimento”).

4.7.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da última data de pagamento de Remuneração até a data do efetivo pagamento.

4.8. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

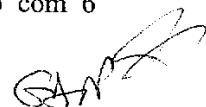
4.8.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes 105% (cento e cinco por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.8.3. abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.3. abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida em 4.8.2. abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

n = número total de taxas DI Over consideradas na anualização, sendo "n" um número inteiro;

p = 105% (cento e cinco por cento);

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

OBSERVAÇÕES:

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), sendo que a última Data de Pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures. Desse modo, a primeira Data de Pagamento da Remuneração será 1º de setembro de 2005, a segunda Data de Pagamento da Remuneração será 1º de março de 2006 e as Datas de Pagamento da Remuneração subsequentes serão os mesmos dias 1º de março e 1º de setembro dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento.

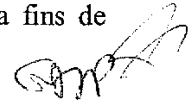
4.8.3. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.8.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.5. Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou da data em que for verificada a impossibilidade de sua aplicação, conforme o caso, convocar Assembléia de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.8.7. Caso, durante a Assembléia de Debenturistas prevista no item anterior não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de



cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9. REPACTUAÇÃO

4.9.1. Sem prejuízo do disposto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. AMORTIZAÇÃO

4.10.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento feito no 36º (trigésimo-sexto) mês da Data de Emissão, ou seja, 01 de março de 2008 e o último pagamento feito em 01 de março de 2011, ou seja na Data de Vencimento..

4.11. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.11.1. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Emissão.

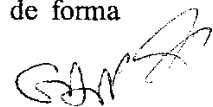
4.12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

(a) pedido de concordata, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora que represente, individualmente ou de forma



agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido;

(b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora que o protesto foi indevidamente efetuado, ou o protesto for sustado ou cancelado;

(c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora de valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora;

(d) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora, na forma em que tal controle está atualmente organizado, não se estendendo tal hipótese às operações de transferência ou alienação de ações (i) entre sociedades dos mesmos grupos econômicos, desde que o controle indireto e final da Emissora permaneça inalterado, ou (ii) entre sociedades integrantes do atual grupo de controle da Emissora;

(e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 2ª Emissão;

(f) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à 2ª Emissão assumida na presente Escritura de Emissão, no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária da 2ª Emissão, datado de 9 de março de 2005 (“Contrato de Distribuição”), salvo se no prazo máximo de 10 dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário tal descumprimento for sanado pela Emissora;

(g) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 desta Escritura de Emissão;

(h) não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2004 e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:



- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 3 (três).

Onde:

“Dívida Líquida” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, sem limitação, as Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de (i) Disponibilidades (conforme definido abaixo) e (ii) saldo da conta 'Conta Reserva' registrada no Realizável a Longo Prazo.

“Disponibilidades” significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Emissora: “Caixa e Bancos”, “Aplicações Financeiras”, e “Conta Reserva”; e

“EBITDA” significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de (i) despesas de depreciação, amortização e (ii) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora.

- (ii) O índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2 (dois).

Onde:

“Despesas Financeiras” significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial) calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas.

- (i) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo e/ ou do Suplemento Definitivo que afete de forma relevante e adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;



(k) intervenção de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da Emissora seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, bem como a extinção ou qualquer outra forma de limitação de parcela relevante, perda e/ou término antecipado por tal subsidiária ou controlada da Emissora da referida concessão;

(l) alienação de um ou mais ativos da Emissora que representem em conjunto ou individualmente a 33% ou mais do faturamento consolidado anual da Emissora, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada;

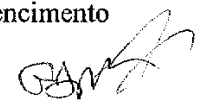
(m) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração ou modificação seja referente a ampliação da atuação e/ou exploração da Emissora em atividades relacionadas ao Setor de Infra-Estrutura de Transportes, no Brasil e/ou no exterior;

(n) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, se estiver em mora com as obrigações previstas nesta Escritura; e

(o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, suas controladas ou coligadas, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (f) e (i) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, quais sejam, as alíneas (b), (d), (g), (h), (j), (k) (l), (m), (n) e (o), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. No que se refere às alíneas (b), (d), (g), (h), (j), (k) (l), (m), (n) e (o) do item 4.13.1 acima, caso não haja acordo entre os Debenturistas e a Emissora na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, ou caso não haja deliberação em Assembléia de Debenturistas, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.14 abaixo, a menos que, após a realização de tal Assembléia de Debenturistas, Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.



4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.17 abaixo.

4.15. LOCAL DE PAGAMENTO

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX ou, no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, ou (b) pelo Banco Mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.16. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

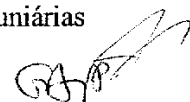
4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.17.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.18. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.18.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17 supra, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias



devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.19. PUBLICIDADE

4.19.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, edição nacional.

4.20. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ

4.20.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

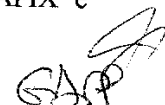
4.21. RESGATE EM CASO DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.21.1. A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.21.2. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos deste item deverão manifestar sua intenção, por escrito, na forma da Cláusula IX abaixo, à Emissora e ao respectivo Agente de Custódia na CBLC de cada Debenturista que tiver as Debêntures de sua titularidade registradas no BOVESPA FIX e custodiadas na CBLC.

4.21.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso mencionado item anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.21.4 O resgate das Debêntures dos Debenturistas que tiverem exercido sua opção nos termos do item 4.21.2 acima dar-se-á (i) através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.



CLÁUSULA V
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser razoavelmente solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

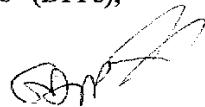
(ii) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima, na mesma data em que forem publicadas;

(iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

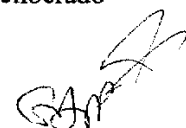
(iv) cópia de suas demonstrações financeiras anuais, na mesma data em que forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como das demonstrações financeiras trimestrais auditadas e/ou revisadas pelos auditores independentes, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano;

(v) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos do término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (n) do item 4.13.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

(vi) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e



- (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago exceda R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (c) convocar, nos termos da CLÁUSULA VII, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a 2ª Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;
- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358/01, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos;
- (g) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da 2ª Emissão perante a CVM;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND e do BOVESPA FIX, bem como agência de classificação de risco para as Debêntures da 2ª Emissão;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso:
- (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e
- (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia dos Debenturistas;



(j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios;

(l) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à 2ª Emissão, bem como encaminhar, anualmente, relatório, com a súmula de classificação de risco da 2ª Emissão.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões;

(c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagens; e,

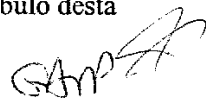
(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da 2ª Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta



Escritura de Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

(a) parcelas trimestrais de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), sendo a primeira parcela devida nesta data e as demais nos mesmos dias dos trimestres subseqüentes, atualizadas anualmente pelo IGP-M, [a partir de 01 de janeiro de 2005];

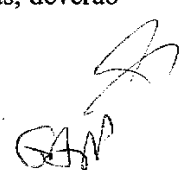
(b) a remuneração prevista na alínea acima será acrescida dos seguintes tributos: Imposto de Renda Retido na Fonte, ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro);

(c) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;

(d) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(e) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;

(f) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e



(g) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

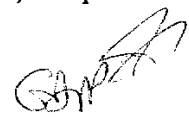
(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;

(k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



(l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (n) do item 4.13.1 acima;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 2ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;

(m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e

(v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 2ª Emissão, conforme por esta indicado;



(n) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;

(p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e,

(r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada no item 4.19 desta Escritura de Emissão.

6.6. No caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário usará toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

(b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;

(c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3., o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) do item 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) do item 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.



6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à 2ª Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.



CLÁUSULA VII
ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e pela CVM.

7.3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.6. Para que possa ser realizada: (a) modificação nas condições das Debêntures e demais disposições desta Escritura de Emissão; ou (b) alteração dos itens 4.13.1, 4.13.2 ou 4.13.3, será necessária a aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Para que possa ser realizada: (a) alteração deste item 7.6; ou (b) alteração de quaisquer condições ou regras de Remuneração ou amortização das Debêntures, será necessária a aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, ressalvado o *quorum* especial previsto no item 4.8.7 desta Escritura de Emissão.

7.7. Para efeito de cálculo das Debêntures em circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta CLÁUSULA VII e o item 4.13.4 acima, não serão computadas as Debêntures que: (a) sejam de titularidade, direta ou indireta, de coligadas e controladas da Emissora, ou de seus controladores, Diretores ou membros de seu Conselho de Administração; bem como (b) sejam detidas pela Emissora em tesouraria. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

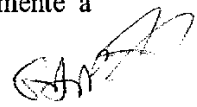
7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. Ficarão impedidos de exercer seus direitos de voto os Debenturistas que, por qualquer motivo, se apresentem em situação de conflito de interesses relativo à matéria objeto de deliberação. O impedimento permanecerá em vigor durante todo o tempo em que vigorar o conflito.

CLÁUSULA VIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da 2ª Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (f) na sua melhor avaliação, a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de dezembro de 2004 representam corretamente a



condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração material relevante (exceto se expressamente mencionada no Prospecto Definitivo e/ou no Suplemento Definitivo) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2004 e o exercício social então encerrado;

(h) o Prospecto Definitivo, conjuntamente com o Suplemento Definitivo, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) contém informações em relação à Emissora e suas controladas no contexto da 2ª Emissão que são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures; (ii) conterá declarações, em relação à Emissora e suas controladas, que serão verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas; (iii) incluirá opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora e suas controladas dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não omitirá fatos relativos à Emissora e suas controladas ou relativos às Debêntures cuja omissão, no contexto da 2ª Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo e/ou do Suplemento Definitivo seja incorreta, enganosa ou inverídica;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Definitivo e/ou no Suplemento Definitivo, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

(j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(k) a Emissão de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão tem a finalidade prevista no item 3.3 desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
Companhia de Concessões Rodoviárias
Avenida Chedid Jafet, n. 222, Bloco B, 5º andar
CEP: 04551-065
São Paulo - SP



Tel.: (11) 3048-5931
Fax: (11) 3048-5911
A/c Ricardo Froes Alves Ferreira

Para o Agente Fiduciário:
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. das Américas, 500, Bloco 13, Gr. 205
CEP: 22640-100
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746
A/c César Reinaldo Leal Pinto e Juarez Dias Costa

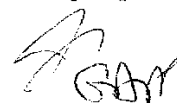
Para o Banco Mandatário e Escriturador:
Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itausa
CEP: 04344-902
São Paulo – SP
Tel.: (11) 5029-1317
Fax: (11) 5029-1917
A/c José Nilson Cordeiro

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou assemelhados, assinados antes da data de sua assinatura.

10.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.


Handwritten signature and initials, possibly reading 'GAR'.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, firmam este Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

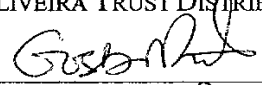
São Paulo, 31 de março de 2005.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

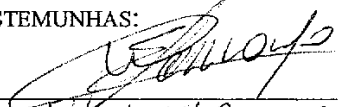

Nome: **MASSAMI UYEDA JÚNIOR**
Cargo: **DIRETOR**

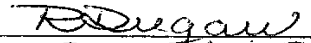

Nome: **RICARDO FROES ALVES FERREIRA**
Cargo: **DIRETOR**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: **GUSTAVO ROBERTO DE AZEVEDO TEIXEIRA VINTO**
Cargo: **PROCURADOR**

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: **Edson S. M. Camargo**
RG: **23.818.436-5**

2. 
Nome: **Rosângela Dugan**
RG: **4303165-1**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA BARRA FUNDA, 836 - CEP 01152-000

Nº DO PROTOCOLO - ETIQUETA

JUCESP PROTOCOLO
256123/05-6

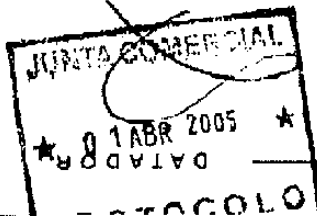


COPIA PARA ANALISE DA JUCESP

PROTOCOLO DE DOCUMENTOS

NOME COMERCIAL

CCR



RESUME

☐ SUMÁRIO

☐ CRIMÁRIO

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)

A	CONSTITUIÇÃO/CONTRATO
B	TRANSFERÊNCIA DE SEDE
C	ABERTURA FILIAL
D	ENQUADRAMENTO - ME
E	DESENQUADRAMENTO - ME
F	BAIXA (DISTRAT/ENCERRAMENTO)
G	TRANSFORMAÇÃO
H	INCORPORAÇÃO

I	FUJO
J	CISÃO TOTAL
K	CISÃO PARCIAL
L	SUCESSÃO
M	ARQUIVAMENTO ATA
N	ARQUIVAMENTO JORNAL
O	OUTROS

ALTERAÇÃO DE

P	NOME
Q	SÓCIO GERENTE/DIRETOR
R	CAPITAL
S	OBJETIVO
T	FILIAL
U	OUTROS